



s Mídia como Espaço de Troca Simbólica: a informação como narrativa

Patrícia Ceolin do Nascimento **1**

Resumo: Este artigo tem por objetivo refletir sobre o estatuto das informações que circulam nos mídias, a partir da hipótese de que tais informações produzem significação ao se materializarem como narrativas, constituindo-se como objetos de trocas simbólicas, ou seja, em um mecanismo de oferta/demanda que se dá de forma indireta. A base dessa reflexão é o conceito de troca simbólica formulado por Lévi-Strauss, para quem os seres humanos instituem-se como seres culturais pois estabelecem relações mútuas ao comunicarem-se entre si por trocas que só podem ser apreendidas em um processo metafórico/simbólico, e não por relações diretas, de coisas em si mesmas. Dessa forma, este artigo busca repensar a questão da troca inserida no panorama midiático atual, tendo como referências teóricas as discussões advindas da área das ciências da linguagem.

Palavras-chave: Informação; sentido; troca; discurso; narrativa

Abstract: This paper has the purpose of reflecting on the information statute that goes on the mass media, taking into account the hypothesis that these information produce meaning at the moment they materialize themselves as narratives establishing themselves as objects that come from symbolic exchanges. In other words, a mechanism of offer and demand that occurs in an indirect way. The base of this thought is the concept of symbolic exchange conceived by Lévi-Strauss, to whom human beings set up themselves as cultural beings because they establish interrelations when they communicate with each other through exchanges that can only be understood having in mind the metaphoric-symbolic process and not through direct communication, through things in itself. So this paper tries to ponder the question of exchange which is in the current mass media scenery having in mind the theoretical discussions that come from the area of the sciences of language.

Key words: information; sense; exchange; discourse; narrative

1 Considerações preliminares

O que é informar? Por que se busca informação nos meios de comunicação? Qual o caráter diferencial de tal informação caracterizada nesse âmbito midiático, que se pauta pela missão de "informar" a sociedade? Por que se fala em "direito à informação"? O que existe nesse objeto de necessário à trama social, a ponto de adquirir status de "direito", ao lado de valores institucionais como educação, saúde, justiça?

1 Doutoranda da ECA-USP, mestre em Ciências da Comunicação pela ECA-USP (1999) e bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (1994). paceolin@ig.com.br

Este artigo **2** objetiva refletir sobre esses questionamentos, ainda que de forma inicial, a partir da hipótese de que as informações veiculadas nos mídia constituem-se como objetos em um processo de troca; não uma troca imediata que se daria no campo do visível pelas operações de dar e receber, mas uma troca simbólica, noção esta formulada por Lévi-Strauss ao estabelecer o postulado de que os seres humanos instituem-se como seres culturais pois constroem relações mútuas ao comunicarem-se entre si por trocas que só podem ser apreendidas em um processo metafórico/simbólico, e não por relações diretas, de coisas em si mesmas.

Partindo do conceito de Lévi-Strauss, nossa intenção é repensar a questão da troca inserida no panorama midiático atual, tendo como referências teóricas as discussões advindas da área das ciências da linguagem.

2 Ciências da linguagem: conceitos norteadores

O campo teórico no qual se desenvolve esta reflexão é aquele recoberto pelas ciências da linguagem, campo esse constituído pelas teorias que se dedicaram a pensar a questão da língua e de suas produções, incluindo as teorias calcadas na postulação do inconsciente em relação aos estudos dessas produções.

É, assim, na pluralidade do termo "ciências" que se marca a diversidade em um domínio teórico dimensionado pelo diálogo teórico, pela abertura:

Se a palavra 'linguagem' é, pois, tomada aqui num sentido restritivo, o plural 'ciências' assinala, ao contrário, nosso desejo de abertura. Não quisemos, em momento algum, separar o estudo da língua do estudo de suas produções - entendendo-se, com isso, tanto o estágio em que é posta em 'funcionamento', quanto as seqüências discursivas daí resultantes, e cuja organização não é mais diretamente regida apenas pelo mecanismo da língua. Toda tentativa de isolar o estudo da língua do estudo do discurso acaba sendo, cedo ou tarde, nefasta a um e ao outro. (Ducrot; Todorov, 1998: 10)

Nesse campo abrangente, a orientação teórica desse estudo se faz, sobretudo, pelo cruzamento de conceitos advindos da teoria lingüística (a partir dos estudos de Saussure) e da psicanálise, em especial a noção de primazia do significante elaborada por Lacan, juntamente com as referências da antropologia, considerada principalmente as contribuições de Lévi-Strauss quanto à função simbólica.

Em relação à questão aqui assinalada: a informação como narrativa em um processo de troca simbólica, três conceitos configuram-se como centrais: informação, narrativa e troca.

3 Informação e narrativa

A função primeira do discurso midiático estabelece-se, comumente, no ato de informar, constituindo-se previamente como um informar voltado aos acontecimentos atuais do mundo que tenham um certo caráter de universalidade, suposta como um interesse não restrito ("interesse público"). Apresenta-se, assim, como uma narrativa da atualidade, uma narrativa duplamente marcada: pela ficção (inerente à forma narrativa) e pelo valor científico, que procura se outorgar na busca pela verdade (Quéré, 1982).

A informação, no entanto, não pode ser tomada como um produto final, cujo efeito pode ser medido e avaliado por métodos determinados. Ela é, antes, a denominação de um processo, constante e imprevisível, a cada nova ocorrência (o que lhe dá a aparência de novidade), mas que responde, sempre, a um mesmo mecanismo de funcionamento: a busca repetitiva por um saber que não se completa, que não se sacia.

A hipótese que se apresenta neste estudo é a de que esta dupla caracterização do processo informativo - novidade e repetição - pode ser percebida em meios diferentes de circulação: jornais, revistas, televisão, internet, o que implica dizer que os mídia inserem-se em uma rede simbólica que se re(faz) a cada discurso a partir de uma mesma demanda estrutural: a busca por informações. O termo informação, entretanto, adquire contornos diversos se pensado em diferentes campos de atuação.

Notabilizada pela teoria matemática e pela cibernética, que recobre o "estudo da comunicação e controle na máquina ou no animal", segundo Norbert Wiener (Wiener, 1970), a informação pode ser considerada como a ocorrência de um fato, em um conjunto de probabilidades determinadas. Wiener exemplifica o acontecimento informativo da seguinte forma:

O que é esta informação, e como é medida? Uma das formas mais simples e mais unitárias de informação é o registro de uma escolha entre duas simples alternativas igualmente prováveis, das quais uma ou a outra é certo que ocorra - uma escolha, por exemplo, entre cara e coroa no lance de uma moeda. (Wiener, 1970: 91)

Há que se citar ainda, nessa perspectiva, os trabalhos de Shannon, aluno de Wiener e que propôs um esquema do "sistema geral de comunicação". Nesse esquema, pensado de forma linear, a informação é um dado a ser medido na transmissão de um pólo emissor a um pólo receptor.

Dessa forma, a teoria da informação daí advinda caracteriza-se, principalmente, por lidar com um conjunto de possibilidades, no qual as escolhas empreendidas são passíveis de registro e de controle. Assim, a questão do registro, conservação, transmissão e uso da informação pode ser considerada como o ponto central da cibernética. Nas últimas décadas, a preocupação com o tratamento da informação encontrou guarida, especialmente, na informática, que, resultando da associação da ciência e da tecnologia, tem sua designação justamente na informação.

Esta necessidade de registro de dados tornou-se, para as teorias da comunicação, o elemento caracterizador da informação, mesmo após os estudos que se seguiram à teoria matemática da informação, notadamente o "esquema circular de comunicação" proposto por pesquisadores da Escola de Palo Alto, nos Estados Unidos, na década de 40, e a "teoria crítica" desenvolvida pela Escola de Frankfurt, na Alemanha. O primeiro salientava os aspectos relacionais e interacionais do processo de comunicação na tentativa de estabelecer um modelo calcado nas ciências humanas, abandonando a teoria matemática, e o segundo, estabelecia uma crítica aos meios de comunicação de massa num viés marxista, ao salientar o papel dominador desses meios na sociedade.

Tanto uma escola quanto outra, entretanto, pressupunham o enfoque da comunicação em elementos externos à informação propriamente dita, concentrando-se ora em aspectos contextuais (Escola de Palo Alto), ora na figura do emissor como fonte de poder e dominação (Escola de Frankfurt).

Dessa forma, em relação ao tratamento dado à informação, pode-se dizer que ainda hoje o discurso midiático se pauta por uma visão matemática da informação, pensada em termos de quantidade; a capacidade de fornecer o maior número de informações no menor tempo possível é considerada freqüentemente não só como sinal de qualidade de determinado meio de comunicação, mas também como exigência primeira a ser cumprida em um mundo que carece de agilidade e de necessidade de informação.

De fato, os mídia são reconhecidos por atuarem na coleta e transmissão de informações, trazendo-as a seus leitores, ouvintes ou telespectadores. No entanto, essa transmissão não é efetivada de forma neutra; a valoração e a edição da informação faz parte do processo comunicativo estabelecido pelos mídia.

Assim, a informação no âmbito midiático deve ser considerada como um processo discursivo, que a estrutura e a configura enquanto tal. Em outras palavras, no discurso midiático, a informação é constituída em um processo particular de comunicação, regido pela busca de conhecimento dos fatos e assuntos da atualidade ou, ainda, pela busca do saber, que se institui em um universo de trocas simbólicas. Como elementos que são trocados, as informações revestem-se de positividade (como aquilo que carrega a significação; e nesse sentido, a novidade), mas respondem sempre a uma negatividade previamente marcada (a demanda que se repete continuamente).

Podemos dizer que essa particularidade, que se estabelece na dupla caracterização positividade/negatividade ou, ainda, novidade/repetição, determina as significações apreendidas nesse processo, assim como os possíveis efeitos de sentido que uma informação possa estabelecer quando inscrita em um discurso jornalístico.

A este respeito, J. Lacan faz uma breve indicação sobre a relação entre informação e repetição quando observa a ocorrência de "redundância" na informação:

... observa-se que, quanto mais o ofício da linguagem se neutraliza, aproximando-se da informação, mais lhe são imputadas 'redundâncias' (...) pois o que é redundância para a informação é precisamente aquilo que, na fala, faz as vezes de ressonância (Lacan, 1998: 300).

Para se pensar a informação que circula nos mídia como objeto de troca simbólica, é preciso, assim, assinalar que essa informação caracteriza-se nesse universo midiático como narrativa, ou seja, não se constitui como um dado isolado, mas sim como um conjunto de relações significativas, em torno do acontecido (tecido) social.

Nesse sentido, essas narrativas encenam determinados valores da sociedade, uma vez que têm como atribuição retratar, relatar fatos que se destacam no dia-a-dia não só por seu valor factual propriamente dito, mas, principalmente, por representarem uma demanda inconsciente por determinadas micro-narrativas.

Greimas (Greimas, 1973: 230), ao refletir sobre os modelos actanciais, afirma, retomando Propp, que as personagens definem-se por certas esferas de ação que se repetem, não apenas no gênero conto popular (objeto de estudo de Propp - os contos populares russos), mas também no âmbito mais geral da narrativa. São sete as esferas de ação: do antagonista, do doador, do auxiliar, da princesa, do mandante, do herói e do falso herói.

Há que se assinalar, assim, que as narrativas encenadas pelos mídia trazem também determinadas esferas atuacionais recorrentes que recortam certas significações e excluem outras, traçando, dessa forma, valores sociais que circulam nesse universo de trocas simbólicas.

4 A troca

Quando se pensa em troca, sem dúvida a primeira referência que nos vem à mente é a de reciprocidade, algo que se dá, mas também, algo que se recebe. De acordo com Fontaine, em *L'échange*, a palavra troca "*designa a transferência de bens ou serviços entre duas partes segundo os termos de um acordo prévio: o termo fundamental desse acordo é constituído pelo princípio da equivalência dos bens trocados*" (Fontaine, 2002: 5).

Ainda segundo o autor, a troca se impõe como mediação constitutiva do "ser em comum" do homem. Assim, extrapola o âmbito econômico e mercantil, para estabelecer-se como um "fato primeiro", ao manifestar seu poder de instituição da própria humanidade do humano, uma vez que o "*ser do humano é indissociável*

desta dimensão do ser-para-outrem, dimensão pela qual todas as coisas tomam sentido" (Fontaine, 2002: 137) e que se traduz no processo da troca, da circulação, da reciprocidade.

Pode-se dizer que é justamente nessa mediação que se apreende a troca, ou seja, ela não está em nenhuma das duas partes que selam esse acordo, nem tampouco nas coisas que circulam, mas na própria circulação, no próprio ato de comunicação entre os homens.

Há que se considerar, ainda, que essa comunicação é regida pelo princípio da equivalência, como foi assinalado acima, o que implica atribuição de valores aos bens trocados. Dessa forma, "*trocam-se apenas valores e é a sociedade através de seus sistemas simbólicos (economia, religião, ideologia, política, filosofia, arte, etc.) que confere esses valores às coisas*" (Fontaine, 2002: 6). Para que haja essa atribuição, essa comensurabilidade das coisas, é necessária a pressuposição de um valor primeiro, um axioma de referência, para a fixação de todos os outros valores. Tal axioma remeteria diretamente a uma determinada ordem simbólica, já que toda sociedade constitui sua ordem simbólica, ou seja, um conjunto de significações imaginárias sociais. (cf. Castoriadis)

Se é preciso que haja esse "ordenamento" simbólico para estabelecer-se um sistema de equivalência, cabe aqui perguntarmos a respeito dessa instituição. O que é a ordem simbólica? Como se apresenta esse valor de referência, a partir do qual todas as atividades sociais se organizam e ganham significação?

Segundo Fontaine, esse proto-valor (referindo-se a Aristóteles) pode ser apreendido na percepção dos valores fundamentais que norteiam uma sociedade. Nesse sentido, explorar esses valores na sociedade brasileira é uma das próximas etapas dessa pesquisa, uma vez que a troca só pode ser entendida à luz desses valores fundadores, de acordo com o autor.

A troca no modelo econômico

A troca econômica, que também tem como condição primeira a instauração de um sistema de equivalência, como foi dito acima, encontra no uso da moeda a garantia de um padrão único de circulação de bens e, além disso, a representação de um valor "inegável", o valor por si só, servindo, então, não apenas para efetuar transações, mas para o próprio enriquecimento.

Marx, que nomeia a moeda como "equivalente universal", realiza um estudo prático da troca (e não teórico) percebida como um problema centrado na definição de dois termos: valor de uso e valor de troca. Para Marx, "*o valor de uso designa as qualidades naturais das mercadorias do ponto de vista de sua utilidade na vida cotidiana*" (Fontaine, 2002: 20) e é com o valor de troca, que atesta a necessidade de troca entre os homens, que se dá a passagem do simples valor de uso (universo heterogêneo dos bens) para o valor de troca (que estabelece equivalência entre os bens, por meio de uma regra quantitativa).

É justamente a partir dessa quantificação abstrata que, segundo Marx, o valor material das coisas vai se perdendo em favor de seu preço sobre o mercado. Desde então, os produtos da troca, que em tal sistema não é mais regida pela necessidade, apresentam-se ao trabalhador como um mundo exterior, no qual ele não reconhece o produto de seu próprio trabalho. Assim, de acordo com Marx, a alienação do trabalho ocorre pela característica enigmática e fetichista da mercadoria: as coisas são por elas mesmas exteriores ao homem e, por consequência, alienáveis.

A troca no modelo antropológico

A troca aqui é vista além de seu viés econômico, como um "fenômeno social total", uma vez que os diferentes sistemas simbólicos que constituem a cultura são todos fenômenos de troca. O primeiro a estudar a troca de maneira sistemática nessa área foi o antropólogo Marcel Mauss.

No texto "Introdução à obra de Marcel Mauss", Lévi-Strauss (1974) atenta para a modernidade e a importância do pensamento de Mauss especialmente em relação à sua contribuição a uma "arqueologia dos hábitos corporais" e à pertinência em perceber a aproximação existente entre etnologia e psicanálise, à luz da lingüística estrutural.

Nesse sentido, Mauss teria assinalado de maneira apropriada, já no início do século XX, as relações existentes entre corpo e sociedade, indivíduo e grupo. A esse respeito, Lévi-Strauss aponta que essas relações não são de subordinação, ou de causa e efeito, mas, antes, de complementaridade. É o que acontece no caso do xamanismo, considerado como exemplo de conduta especial ("anormal") em relação às condutas ditas normais em uma dada sociedade: "*Pode-se, pois, dizer que, para cada sociedade, a relação entre as condutas normais e as condutas especiais é complementar*" (Lévi-Strauss, 1974: 11).

Tal complementaridade entre psiquismo individual e estrutura social confirma-se na própria origem simbólica da sociedade, já que a cultura "*pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos em cuja linha de frente colocam-se a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião.*" (Lévi-Strauss, 1974: 9). Para Lévi-Strauss, no entanto, Mauss formula imprudentemente a noção de simbolismo ao acreditar ser possível elaborar uma teoria sociológica do simbolismo, em vez de procurar a própria origem simbólica da sociedade.

A noção de fato social total corrobora a importância de pensar-se o social integrado em sistema: "*depois de, um tanto forçadamente, haver dividido e abstraído, é preciso que os sociólogos se empenhem em recompor o todo*" (Mauss apud Lévi-Strauss, 1974: 14). Nesse todo, incluem-se as figuras de observado e observador que, na prática etnológica, devem ser percebidas num único e mesmo movimento.

Que o fato social é total não significa apenas que tudo o que é observado faz parte da observação, mas também, e principalmente, que em uma ciência em que o observador é da mesma natureza que o seu objeto, o observador é, ele mesmo, parte de sua observação (Lévi-Strauss, 1974: 16).

Essa consideração remete-nos diretamente à questão eu/outro, subjetivo/objetivo que, para Lévi-Strauss só se resolve no terreno do inconsciente, necessidade já percebida por Mauss. É o inconsciente que fornece, ao mesmo tempo, o caráter comum e específico dos fatos sociais. O problema que se coloca à etnologia, assim, é o de uma comunicação "procurada" entre um eu e um outro.

Esse caráter comunicacional da observação etnológica pode ser apreendido de forma mais direta na troca, considerada "*denominador comum de um grande número de atividades sociais aparentemente heterogêneas entre si*" (Lévi-Strauss, 1974: 24), sem, no entanto, ser percebida nos fatos, uma vez que é preciso construí-la, pois exige a existência de uma estrutura (portanto, inconsciente), "*cujas experiências apenas fornece os fragmentos, os membros esparsos, ou antes, os elementos*".

Percebe-se aí, nessa releitura de uma das obras mais influentes de Mauss, o *Ensaio sobre a dádiva*, uma das matrizes recorrentes no pensamento de Lévi-Strauss:

O princípio fundamental é que a noção de estrutura social não se refere à realidade empírica, mas aos modelos construídos em conformidade com esta. Assim aparece a diferença entre duas noções, tão vizinhas que foram confundidas muitas vezes: a de estrutura social e a de relações sociais. As relações sociais são a matéria-prima empregada para a construção de modelos que tornam manifesta a própria estrutura social. Em nenhum caso esta poderia, pois, ser reduzida ao conjunto das relações sociais, observáveis numa sociedade dada. (1978: 316-317)

Assim, para que a troca se estabeleça, três obrigações são observadas, segundo Mauss: dar, receber e retribuir, estas sim verificadas na vida social. É nesta última obrigação, a da retribuição (ou, ainda, prestação) que Mauss se detém ao considerar o caráter voluntário e, ao mesmo tempo, imposto dessa transação:

...queremos considerar aqui um único traço, profundo, mas isolado: o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito e, no entanto, imposto e interessado dessas prestações (...) Qual é a regra de direito e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico [sic], faz com que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído? Que força há na coisa dada que faz com que o donatário a retribua? (Mauss, 1974: 42)

Para Lévi-Strauss, refletir sobre essa força que faz as dádivas circularem pode ser a chave para transcender o pensamento de Mauss naquilo que este teria deixado apenas como possibilidade. A fonte de energia aplicada aos corpos isolados na troca operaria, dessa forma, a síntese necessária à unidade do todo representada por esse fenômeno, já que "a unidade do todo é ainda mais real do que cada uma das partes", preceito já formulado por Mauss no seu *Esboço de uma teoria geral da magia*, mas considerado diferentemente no posterior *Ensaio sobre a dádiva*:

Ao contrário, no *Ensaio sobre a dádiva*, Mauss obstina-se em reconstruir um todo com as partes e, como é manifestamente impossível, é preciso juntar à mistura uma quantidade suplementar que dá a ilusão de completá-lo. Esta quantidade é o hau. (Lévi-Strauss, 1974: 25)

O problema apontado por Lévi-Strauss no pensamento de Mauss seria, então, o de ter se deixado mistificar por uma teoria indígena, uma vez que o hau nada mais seria do que um produto da reflexão indígena, que efetua a ilusão (necessária) de completude buscada na troca, mas não sua razão última.

Essa força depositada nos objetos e que os força a serem retribuídos, transferidos, é, assim, de uma outra ordem, que pode ser identificada com a noção de mana, estudada por Mauss no *Esboço de uma teoria geral da magia*.

Lévi-Strauss imprime ao termo polinésio uma visão estruturalista ao identificar aí uma forma de pensamento universal percebida em termos correlatos utilizados em outras localidades: *manitu*, *wakan*, *orenda*, que representariam explicações do mesmo tipo: um "fluido" que se deposita nos objetos e que é transferível, ou, ainda, uma força secreta, misteriosa da qual investem-se determinados objetos e que os revestem de "valor de troca", que lhes dá uma certa atmosfera sagrada.

Em uma perspectiva lingüística, mana representa um valor indeterminado de significação,

e portanto suscetível de receber qualquer sentido, cuja única função é suprir um desvio entre o significante e o significado, ou, mais exatamente, de assinalar o fato de que em tal circunstância, tal ocasião, ou tal manifestação, uma relação de inadequação se estabelece entre significante e significado com prejuízo da relação complementar anterior. (Lévi-Strauss, 1974: 30)

Em outras palavras, o mana seria aquela palavra que surge justamente quando "as palavras faltam" e no fenômeno inconsciente da troca representaria, assim, não o valor atribuído a cada objeto em particular mas antes, aquilo que garante a relação entre eles e, num plano imaginário, sua síntese (a ilusão necessária para que se estabeleça o movimento de circulação e, portanto, comunicação social).

Essa necessidade de síntese, segundo o autor, não é percebida de forma direta pela sociedade; o mana seria, dessa forma, apenas "*a reflexão subjetiva da exigência de uma totalidade não percebida*". Nesse sentido, a troca constitui-se como uma abstração momentânea dessa unidade do todo:

A troca não é um edifício complexo, construído a partir das obrigações de dar, de receber e de retribuir, com o auxílio de um cimento afetivo e místico. É uma síntese imediatamente dada ao e pelo pensamento simbólico, que, na troca como em toda outra forma de comunicação, supera a contradição que lhe é inerente de perceber as coisas como os elementos do diálogo, simultaneamente sob a relação de si e de outro destinadas por natureza a passar de um para o outro. Contudo, não se dá o mesmo com a magia? (...) Todas as operações mágicas repousam na restauração de uma unidade, não perdida (pois nada nunca se perde), mas inconsciente, ou não completamente consciente como essas próprias operações. A noção de *mana* não é da ordem do real, e sim da ordem do pensamento que, mesmo quando pensa sobre ele mesmo, pensa sempre num objeto."(Lévi-Strauss, 1974: 32)

Percebe-se aqui a ênfase de Lévi-Strauss no pensamento simbólico e no seu exercício que só pode se dar via caráter relacional. Daí a oposição assinalada pelo autor entre simbolismo e conhecimento, este último marcado pela continuidade, enquanto o primeiro marca-se pela descontinuidade. Esse é também o ponto de aproximação entre estrutura e sincronia, conceitos concernentes à própria constituição da linguagem como sistema simbólico.

Dessa forma, a significação encontrada (o sentido, o encontro momentâneo entre significante e significado) estaria para a troca assim como significantes e significados em descompasso, inadequação (dada a superabundância de significantes em relação aos significados) estariam para os termos isolados envolvidos no processo de troca. As noções do tipo *mana* representariam, pois, esse significante flutuante que é a "garantia" de "todo pensamento acabado" e que, nessa migração de significação (o próprio processo da troca) resolve a contradição inerente do exercício simbólico ao imprimir para si um valor simbólico zero.

Para Lévi-Strauss, portanto, a obra de Mauss reveste-se de importância na medida em que antecipa os caminhos de uma lógica simbólica para o campo da sociologia, assimilada das leis de funcionamento da linguagem.

Nessa perspectiva, Lévi-Strauss, ao buscar uma analogia entre vida em sociedade e linguagem, entende os tipos de troca observáveis quanto às regras de casamento, por exemplo, como constituintes de uma forma geral de reciprocidade que permanece obscura, porque inconsciente. De acordo com o autor, não se deve, assim, classificar o conjunto das regras de casamento observáveis nas sociedades humanas em categorias heterogêneas e diversamente intituladas: proibição do incesto, tipos de casamentos preferenciais etc. (1978: 76)

Na apreensão dessa estrutura, deve-se, por outro lado, considerar as regras do casamento e os sistemas de parentesco como uma "espécie de linguagem", ou seja, como operações que assegurem entre indivíduos e grupos um certo tipo de comunicação.

Que a troca é da mesma ordem que a comunicação parece ser uma questão já previamente concordada, uma vez que o próprio termo troca sugere os elementos de uma comunicação possível: reciprocidade, circulação, transferência. No entanto, a simples constatação de que os humanos constituem-se em relações e não nos termos isolados da vida social redonda em desafio para os estudos sociais, dada a freqüente dificuldade em abstrair sentidos a partir de uma lógica do significante, como postulam as ciências da linguagem.

Nesse sentido, pode-se considerar a troca como alicerce não só das atividades sociais nas sociedades ditas "arcaicas" mas também nas sociedades "modernas", uma vez que, num âmbito lingüístico, caracteriza a busca nunca realizada por uma significação que supra a fenda instituinte entre significantes e significados, que seja capaz de efetuar uma totalidade (mesmo que imaginária) nas relações humanas.

Vem dessa incapacidade de "junção perfeita" a obrigação de restituir, de retribuir o valor trocado, percebida na tríade dar - receber - retribuir apontada por Mauss e retomada por Lévi-Strauss e que, sob o prisma da comunicação, é o que permite a circulação de signos na cena cultural, já que aquilo que se procura não é de fato nunca encontrado, instituindo-se daí uma nova busca por significações, por "bens" revestidos de uma promessa de totalidade não percebida.

Tal "aura" de unidade, no entanto, como já foi explorado, não se encontra no objeto/signo, mas na relação entre eles, assim, não no "em si", mas no "entre" (mediação estabelecida nessa procura). O mana como esse significante flutuante que garante a ilusão de unidade buscada na troca ao mesmo tempo reinstaura uma nova falta, ao não ser preenchido por nenhum significado, já que representa um valor simbólico zero.

A troca, assim, pode ser considerada como o próprio exercício do pensamento simbólico porque os "bens" trocados comunicam antes de mais nada informações, não por serem coisas em si mesmas, mas por constituírem-se como signos.

Talvez seja essa uma das grandes contribuições de Lévi-Strauss ao estabelecimento de um campo de estudo interdisciplinar de origem, o domínio das chamadas ciências da linguagem (ou, ainda, ciências da comunicação) que convoca para si o entrelaçamento de disciplinas outrora consideradas independentemente como a lingüística, a psicanálise e a antropologia, diálogo já pensado por esse autor especialmente no que diz respeito ao cruzamento de matrizes de seu campo de atuação com as contribuições dos estudos em fonologia e nos estudos sobre o inconsciente, noção até então considerada por muitos como incompatível à prática científica.

Tal contribuição pode ser pensada, ainda, na pontuação de uma questão que é também essencial aos estudos em comunicação: a separação eu-outro, sujeito-objeto, indivíduo-sociedade. Diante de uma abordagem estrutural, essas distinções diluem-se, pois as figuras de eu-outro ou, ainda, emissor-receptor só podem ser apreendidas em um mesmo movimento, não em termos isolados.

No plano da comunicação, são as informações que estabelecem uma mediação possível, mas essas informações, ao contrário do que postulavam as teorias clássicas na área, não são "enviadas" de um pólo a outro; antes, constituem o próprio sistema ao reinaugurarem a série a cada significação pedida e imaginariamente encontrada, travando-se aí a analogia desse processo com o da troca.

Lévi-Strauss, ao retomar Mauss, como foi mostrado anteriormente, recoloca a questão da ilusão de completude de um todo, que se faz necessária ao sistema social, por meio da troca, mas cuja razão não está naquilo que parece completar/cimentar a mistura - o hau, segundo Mauss: "é uma necessidade inconsciente cuja razão está alhures", aponta o antropólogo.

Pode-se inferir, assim, que esse "outro lugar" inscreve-se justamente na ordem simbólica que permeia as sociedades, que as faz relacionais e, portanto, faz com que as pessoas comuniquem-se, troquem entre si mais do que coisas, mas, antes, valores, significações.

5

Referências Bibliográficas

BAHIA, Juarez (1971). *Jornalismo, informação, comunicação*. São Paulo: Martins Editora.

CASTORIADIS, Cornelius (1986). *A instituição imaginária da sociedade* (trad. Cury Reynaud). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan (1998). *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem* (trad. Alice Miyashiro, J. Guinsburg, Mary A. L. Barros e Geraldo G. De Souza). São Paulo: Perspectiva.

FONTAINE, Philippe (2002). *L'échange*. Paris: Ellipses.

GREIMAS, Algirdas Julien (1973). *Semântica estrutural: pesquisa de método* (trad. Haqira Osakabe e Izidoro Blikstein). São Paulo: Cultrix e Edusp.

LACAN, Jacques (1998). *Escritos* (trad. Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1974). *Introdução à obra de Marcel Mauss*. In: *MAUSS, M. Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU / Edusp.

_____(1978). *Antropologia Estrutural*. (trad. Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

MAUSS, Marcel (1974). *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU / Edusp.

MARX, Karl (1988). *O capital: crítica da economia política*. (trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe). São Paulo: Nova Cultural.

PROPP, Vladimir I. (1984). *Morfologia do conto maravilhoso*. (trad. Jasna P. Sarhan). Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

QUÉRÉ, Louis (1982). *Des miroirs équivoques: aux origines de la communication moderne*. Paris: Aubier-Montaigne.

WIENER, Norbert (1970). *Cibernética, ou controle e comunicação no animal e na máquina*. (trad. Gita K. Ghinzberg). São Paulo: Polígono / Edusp.